



JORNAL OFICIAL

Quarta-feira, 19 de Julho de 2006



Série

Número 139

Sumário

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Rectificação

Aviso

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

Anúncio

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

Avisos

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 14/2006

Despacho n.º 15/2006

SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

Aviso

VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**Rectificação**

Por ter sido publicado de forma incorrecta o Aviso publicado nas págs. 3 e 4 do JORAM n.º 111, II série, de 8 de Junho de 2006, abaixo se rectifica:

Onde se lê:

“12 - O júri do concurso será constituído por:

Presidente:

- Dra. Hélia Maria de Lacerda Melo Ferreira, Directora de Serviços de Desenvolvimento e Avaliação da Administração.

Vogais efectivos:

- Dra. Maria Georgina Ferreira Barreira Jardim Nunes, Directora de Serviços da Função Pública, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos e
- D. Alcinda Maria dos Passos França, Chefe de Secção

Vogais suplentes:

- Dra. Vanda Maria Teixeira Gonçalves Simões, Chefe de Divisão de Recursos Humanos e
- D. Odília Nunes Gonçalves, Chefe de Secção.”

Deve ler-se:

“12 - O júri do concurso será constituído por:

Presidente

- Dra. Hélia Maria de Lacerda Melo Ferreira, Directora de Serviços de Desenvolvimento e Avaliação da Administração.

Vogais efectivos

- Dra. Vanda Maria Teixeira Gonçalves Simões, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos e
- D. Alcinda Maria dos Passos França, Chefe de Secção.

Vogais suplentes

- Dr. Fernando Constâncio Andrade da Silva Leça, Técnico Superior Principal e
- D. Odília Nunes Gonçalves, Chefe de Secção.”

Vice-Presidência do Governo Regional, 30 de Junho de 2006.

A CHEFE DE GABINETE, Andreia Jardim

Aviso

- 1 - Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que por despacho do Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional de 5 de Julho de 2006, ao abrigo da competência delegada constante do Despacho n.º 45/2005, de 10-03, publicado no JORAM, II Série, n.º 51, de 14-03-2005, foi autorizada a abertura de concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, para preenchimento de 3 vagas de chefe de

secção, do grupo de pessoal administrativo, do quadro de pessoal da Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2001/M, de 9 de Julho.

- 2 - A remuneração é a correspondente a um dos escalões da categoria de chefe de secção, do grupo de pessoal administrativo, constante do mapa anexo do D.L. n.º 404-A/98, de 18-12, situando-se o local de trabalho no concelho do Funchal, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração regional.
- 3 - O concurso é válido apenas para as referidas vagas e esgota-se com o preenchimento das mesmas.
- 4 - O conteúdo funcional dos lugares a preencher consiste, genericamente, na coordenação e chefia na área administrativa, sendo: Área A - 1 lugar para os serviços de apoio às Direcções de Serviços da Indústria e da Energia; Área B - 1 lugar para os serviços de apoio à Direcção de Serviços do Comércio, nos sectores de licenciamento e cadastro comercial; Área C - 1 lugar para os serviços de apoio à Direcção de Serviços do Comércio nos sectores de análise, organização e preparação dos processos para atribuição dos apoios no âmbito do Regime Específico de Abastecimento do Poseima.
- 5 - São requisitos de admissão ao concurso:
 - 5.1 - Gerais - os constantes do n.º 2 do artigo 29.º do D.L. n.º 204/98, de 11-07, que são:
 - a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
 - b) Ter 18 anos completos;
 - c) Possuir as habilitações literárias e/ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
 - d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
 - e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
 - f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.
 - 5.2 - Especiais:
 - Possuam a categoria de assistente administrativo especialista ou de tesoureiro, em ambos os casos com classificação de serviço não inferior a Bom.
- 6 - A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixadas na Direcção de Serviços de Contabilidade e Pessoal do Gabinete do Vice-Presidente do Governo, Avenida Zarco, 3.º andar, no Funchal.
- 7 - Os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:
 - 7.1 - Prova teórica e oral de conhecimentos gerais, cujo programa é o constante do título I do anexo ao Despacho n.º 269-A/2000, de 10-10,

publicado no JORAM, II Série, n.º 206, de 26-10-2000;

- a) Aprova tem uma duração até 1 h;
- b) Legislação cujo conhecimento é necessário para a realização da prova de conhecimentos:
 - Decreto-Lei n.º 24/84, de 16-01 (estatuto disciplinar);
 - Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18-12, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11-06 (regime geral de estruturação das carreiras da Administração Pública);
 - Decreto-Lei n.º 248/85, de 15-07; D.L.R. n.º 4/89/M, de 15-02; D.L. n.º 233/94, de 15-09, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 404-A/98, de 18-12 (reestrutura as carreiras da função pública);
 - D.L. n.º 427/89, de 7-12; D.R.R. n.º 2/90/M, de 2-3; D.L. n.º 407/91, de 17-10; D.L.R. n.º 9/92/M, de 21-04; D.L. n.º 102/96, de 31-07; D.L. n.º 218/98, de 17-07; Lei n.º 23/2004, de 22-06 (constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública e regime jurídico do contrato individual de trabalho na Administração Pública);
 - D.L. n.º 100/99, de 31-03, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 117/99, de 11-08 e D.L. n.º 157/2001, de 11-05 (regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública);
 - D.L. n.º 353-A/89, de 16-10; D.L. n.º 420/91, de 29-10, com as alterações introduzidas pelo D.L. 404-A/98, de 18-12 (estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública);
 - D.L. n.º 442/91, de 15/11, com as alterações introduzidas pelo D.L. n.º 6/96, de 31-01, (Código do Procedimento Administrativo);
 - Lei n.º 64/93, de 26-08; art.º 8.º, n.º 4, da Lei n.º 39-B/94, de 27-12; Lei n.º 28/95, de 18-08; Lei n.º 12/98, de 24-02; D.L. n.º 196/93, de 27-05, art.º 16.º e 17.º da Lei n.º 2/2004, de 15-01; alterada e republicada pela Lei n.º 51/05, de 30-08; (regime de incompatibilidades para o exercício de funções públicas);
 - D.L. n.º 259/98, de 18-08, D.L. n.º 324/99, de 18-08 e D.L. n.º 325/99, de 18-08 (regime jurídico dos horários de trabalho na Administração Pública).
- c) Este método de selecção tem carácter eliminatório.

7.2 - AVALIAÇÃO CURRICULAR, visando o disposto no n.º 1 do art.º 22.º do D.L. n.º 204/98, de 11-07, classificada de 0 a 20 valores, cujos critérios de apreciação e ponderação serão os seguintes, classificados da seguinte forma:

- a) HAB = Habilitação académica de base;
- b) FP = Formação profissional, relevante na área para a qual se candidatou;
- c) EP = Experiência profissional, relevante na área para a qual se candidatou;
- d) CS = Classificação de serviço dos últimos 3 anos;
- e) EPC = Experiência profissional complementar, relevante na área para a qual se candidatou.

7.2.1. - Aclassificação da avaliação curricular será obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$AC = (HAB + FP + EP + CS)/4 + EPC.$$

- 8 - A ordenação final dos candidatos é feita de harmonia com a classificação final, que resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas nos dois métodos de selecção, com a aplicação da seguinte fórmula: $CF = (2PC + AC)/3$.
- 9 - Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.
- 10 - As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, em modelo próprio a fornecer pela DSCP do Gabinete da Vice-Presidência, e entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio com aviso de recepção, dentro do prazo de abertura do concurso, ao Gabinete do Vice-Presidente, Avenida Zarco, Edifício do Governo, 2.º andar, 9004-527 Funchal.
- 11 - Do requerimento deverão constar necessariamente, sob pena de exclusão do concurso, os seguintes elementos:
 - 11.1 - Identificação do concurso, com referência ao número e data do Jornal Oficial onde se encontra publicado o respectivo aviso de abertura e à área do concurso para o qual se candidata;
 - 11.2 - Identificação pessoal (nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de identificação fiscal, residência e código postal e número de telefone se possuir);
 - 11.3 - Declaração do candidato sob compromisso de honra, como reúne os requisitos gerais de admissão ao concurso;
 - 11.4 - Vinculação orgânica, organismo a que pertence o candidato, sua categoria, carreira, vínculo e escalão;
 - 11.5 - Habilitações académicas e/ou qualificações profissionais exigidas;

- 11.6 - Tempo de serviço efectivo na categoria, carreira e na função pública;
- 11.7 - Classificação de serviço dos últimos 3 anos;
- 11.8 - Formação profissional, cursos, seminários, conferências e estágios que o candidato frequentou com referência ao organismo que os realizou e respectiva data e horas.
- 12 - Os requerimentos de admissão dos candidatos deverão ser instruídos, sob pena de exclusão do concurso, com os seguintes documentos:
- Certificado das habilitações literárias e/ou profissionais exigidas;
 - Declaração passada pelos serviços a que os candidatos se achem vinculados, autenticada com selo branco ou carimbo, da qual constem, de maneira inequívoca, a existência do vínculo à função pública, a categoria que actualmente detêm e a categoria que detinham à data da entrada em vigor do D.L. n.º 404-A/98, de 18-12 e o tempo de serviço efectivo nessas categorias, na carreira e na função pública, bem como a menção das classificações de serviço obtidas nos anos relevantes para a promoção, em termos qualitativos e quantitativos;
 - Curriculum vitae detalhado, dactilografado em papel de formato A4, onde constem os seguintes elementos: habilitações profissionais (especializações, estágios, seminários, acções de formação, etc.); experiência profissional, explicitando nomeadamente, as diversas categorias possuídas pelos candidatos (com indicação dos respectivos vínculos, bem como das datas do início e termo das funções relativamente a cada uma delas); a indicação dos serviços onde os candidatos têm exercido funções e a descrição das funções com mais interesse para o lugar a que se candidatam; quaisquer outros elementos que os candidatos entendam dever apresentar, por serem relevantes, para apreciação do seu mérito.
 - Cópia do respectivo Bilhete de Identidade e do Cartão Contribuinte.
- 13 - É dispensada a apresentação do documento referido na alínea a) do número anterior desde que os candidatos declarem no requerimento de admissão ao concurso, sob compromisso de honra, serem detentores da habilitação que invocam.
- 14 - Os funcionários da Vice-Presidência do Governo Regional da RAM, estão dispensados da apresentação dos documentos solicitados nas alíneas a) e b) do ponto 12, desde que os mesmos se encontrem já arquivados nos respectivos processos individuais.
- 15 - Assiste ao júri a faculdade de exigir a quaisquer candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.
- 16 - As falsas declarações serão punidas nos termos da lei penal.
- 17 - O Júri terá a seguinte composição:

Presidente:

- Eng.º Manuel José de Sousa Pita, Assessor principal.

Vogais efectivos:

- Dr. Carlos Manuel Marques dos Reis, Director de serviços - que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos;
- Dr.º Ana Maria de Barros de Faria, Técnico superior de 1.º classe.

Vogais suplentes:

- Dr. Emanuel Cipriano Correia - Técnico superior de 2.º classe;
- Dr.º Maria Luísa Correia Órfão - Directora de Serviços.

18 - Este concurso rege-se-á pelo D.L. n.º 204/98, de 11-07, D.L. n.º 248/85, de 15-07 e D.L. n.º 404-A/98, de 18-12.

Vice-Presidência do Governo Regional, 5 de Julho de 2006.

A CHEFE DE GABINETE, Andreia Jardim

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO E CULTURA

DIRECÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Anúncio

ARRENDAMENTO DE ÁREA
EM PRÉDIO URBANO - CIDADE VILABALEIRA - PORTO SANTO

Torna-se público que a Direcção Regional de Turismo, sita à Avenida Arriaga n.º 18, 9004-519 Funchal, Madeira, pretende tomar de arrendamento uma área em prédio urbano, nos termos e condições seguintes:

- O arrendamento destina-se a instalar um Posto de Informações Turísticas;
- O espaço deverá possuir as seguintes características:
- Área total de aproximadamente 9m2, casa de banho e arrecadação (que poderão ser comuns);
- Localização: Centro da Cidade;

O critério de selecção é o da proposta economicamente mais vantajosa, sendo considerados por ordem decrescente de importância, os seguintes factores:

- 1.º - Localização e características do espaço (45%)
- 2.º - Prazo de entrega do mesmo (30%)
- 3.º - Preço (renda mensal) (25%)

As propostas deverão dar entrada na sede da Direcção Regional do Turismo até às 17 horas do dia 4 de Agosto de 2006, devendo ser encerradas em envelope fechado e lacrado, no rosto do qual se fará menção ao arrendamento e entregues pelos concorrentes ou seus representantes, ou remetidas pelo correio sob registo e com aviso de recepção. O acto público de abertura de propostas iniciar-se-á pelas 10 horas do dia útil imediato à data limite da apresentação de propostas, na Direcção Regional de Turismo, sita Avenida Arriaga n.º 18.

Funchal, 10 de Julho de 2006.

Direcção Regional do Turismo

O DIRECTOR REGIONAL, Dinarte Abreu Camacho

SECRETARIA REGIONAL DO EQUIPAMENTO SOCIAL E TRANSPORTES

LABORATÓRIO REGIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

Aviso

Por despacho do Senhor Secretário Regional do Equipamento Social e Transportes, datado de 04/07/2006, foi

autorizada a nomeação definitiva, na sequência do concurso interno de acesso para preenchimento de uma vaga de Técnico Superior de 1.º classe, na área de Engenharia Civil, do quadro de pessoal do Laboratório Regional de Engenharia Civil, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2004/M, de 26 de Abril, de Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves.

Está isento de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

Laboratório Regional de Engenharia Civil, 6 de Julho de 2006.

O DIRECTOR, Daniel Jorge Ribeiro Figueira da Silva

Aviso

Por despacho do Senhor Secretário Regional do Equipamento Social e Transportes, datado de 04/07/2006, foi autorizada a nomeação definitiva, na sequência do concurso interno de acesso para preenchimento de uma vaga de Técnico Superior de 1.º classe, na área de Engenharia Física Tecnológica, do quadro de pessoal do Laboratório Regional de Engenharia Civil, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2004/M, de 26 de Abril, de Ana Rita Barreto Baptista.

Está isento de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.

Laboratório Regional de Engenharia Civil, 6 de Julho de 2006.

O DIRECTOR, Daniel Jorge Ribeiro Figueira da Silva

SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 14/2006

Considerando que o Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2005/M, de 8 de Março, que aprovou a Lei Orgânica da Secretaria Regional de Educação e do Gabinete do Secretário Regional e Órgãos Dependentes, prevê no seu artigo 39.º a Divisão da Divisão de Apoio Técnico;

Considerando a necessidade da referida vaga ser ocupada;

Considerando que em sede de apreciação de candidaturas no âmbito do processo de selecção previsto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, e alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada Sara Patrícia Rodrigues Santos demonstrou possuir os requisitos legais e o perfil adequado ao exercício daquelas funções;

Nestes termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º, dos n.ºs. 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, e alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do citado Decreto Legislativo Regional, determino o seguinte:

- 1 - Nomear em regime de Comissão de Serviço por um período de 3 anos, a licenciada Sara Patrícia Rodrigues Santos, para o cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau da Divisão de Apoio Técnico do quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional de Educação da Secretaria Regional de Educação, após ter sido aprovada no processo de selecção acima referido;
- 2 - Nos termos do n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptada à Região Autónoma da Madeira

pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, e alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto a presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 7 de Junho de 2006.

Funchal, 6 de Junho de 2006

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, Francisco José Vieira Fernandes

CURRÍCULO ACADÉMICO E PROFISSIONAL

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- Licenciatura em Educação - Ramo de Especialização em Gestão de Recursos Humanos

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Certificado de Aptidão Profissional para exercer a profissão de formadora
- Curso de Formação Profissional "Gestão de Conflitos e Negociação";
- Acção de formação de formadores sobre o euro, no âmbito da Jornada de Sensibilização Sobre o Euro para a Administração Pública Local e Regional;
- "I Encontro Sobre Administração e Gestão Escolar" promovido pela Direcção Regional de Administração Educativa;
- Curso de Formação Profissional "Novo Regime de Carreiras na Administração Pública" promovido pela Direcção Regional de Administração Pública e Local;
- Curso de Formação Profissional "Técnicas de Entrevista e Análise de Informação para Júris de Concursos";
- Curso de Formação Profissional "SIADAP-Avaliação de Desempenho das Pessoas e das Organizações";
- Curso de Formação Profissional "Avaliação de Desempenho";
- Curso de Formação Profissional "Gestão Estratégica dos Recursos Humanos";
- Curso de Formação Profissional "SIADAP- O Novo Sistema de Avaliação do Desempenho";
- Seminário "Gestão de Capital Humano" promovido pelo Núcleo Estratégico da Sociedade da Informação.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- De 1999 a 2000- Efectuou um Estágio Curricular na Direcção Regional de Administração Educativa;
- 2001- Ingresso na Função Pública na qualidade de estagiário da carreira Técnica Superior no quadro de pessoal da Direcção Regional de Administração Educativa;
- 2002, nomeada definitivamente Técnica Superior de 2.º Classe no Quadro da Direcção Regional de Administração Educativa;
- 2004, foi nomeada Técnica Superior de 1.º Classe no quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional de Educação;
- 2005 - Nomeada em regime de substituição para o cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau da Divisão de Apoio Técnico do Gabinete do Secretário Regional de Educação - Secretaria Regional de Educação.

Das actividades desenvolvidas, realçam-se as seguintes: acompanhamento na elaboração das Leis Orgânicas da

Secretaria Regional de Educação; elaboração do Manual de Procedimentos Administrativos do Gabinete do Secretário Regional de Educação; planificação e organização dos processos individuais dos funcionários do Gabinete do Secretário Regional de Educação e do Gabinete de Gestão e Controlo Orçamental; coordenação do processo de criação da portaria de eliminação de documentos do Gabinete do Secretário Regional de Educação e Órgãos Dependentes;

OUTRAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- Membro da Comissão da Simplificação, Qualidade e Modernização da Administração Pública, constituída por Despacho de sua Excelência o Secretário Regional de Educação, na sequência do Despacho 10/2003 de 17 de Março, de Sua Excelência o Presidente do Governo Regional;
- Membro de júri de diversos concursos da Gabinete do Secretário Regional de Educação;
- Animadora de várias acções de sensibilização promovidas pelo Gabinete do Secretário e Órgãos Dependentes.

Despacho n.º 15/2006

Considerando que o Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2005/M, de 8 de Março, que aprovou a Lei Orgânica da Secretaria Regional de Educação e do Gabinete do Secretário Regional e Órgãos Dependentes, prevê no seu artigo 18.º a Divisão de Investimentos e Análise de Custos da Educação;

Considerando a necessidade da referida vaga ser ocupada;

Considerando que em sede de apreciação de candidaturas no âmbito do processo de selecção previsto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, e alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a licenciada Janina Rodrigues da Costa demonstrou possuir os requisitos legais e o perfil adequado ao exercício daquelas funções;

Nestes termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º, dos n.ºs. 8, 9 e 10 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, e alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º do citado Decreto Legislativo Regional, determino o seguinte:

- 1 - Nomear em regime de Comissão de Serviço por um período de 3 anos, a licenciada Janina Rodrigues da Costa, para o cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau da Divisão de Investimentos e Análise de Custos da Educação do quadro de pessoal do Gabinete de Gestão e Controlo Orçamental da Secretaria Regional de Educação, após ter sido aprovada no processo de selecção acima referido;
- 2 - Nos termos do n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 5/2004/M, de 22 de Abril, e alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto a presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, com efeitos a 7 de Junho de 2006.

Funchal, 6 de Junho de 2006.

O SECRETÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO, Francisco José Vieira Fernandes

CURRÍCULO ACADÉMICO E PROFISSIONAL

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

- Licenciatura em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Curso de “DBASE III Plus”;
- Curso de “Gestão de projectos”;
- Curso de “Introdução ao ACCESS 7”;
- Curso de formação profissional “FS 42.2005 Access iniciação”;
- Curso de formação profissional “O processo de reorganização dos serviços públicos: estratégias e técnicas”;
- Participação em diversos seminários, visitas de estudo, reuniões e conferências na área dos Assuntos Europeus e relações internacionais, em matéria de educação e formação vocacional.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2005

- Nomeada assessora do quadro único do Ministério da Educação, com efeitos desde 27 Maio 2005.
- Nomeada em regime de substituição para o cargo de Chefe de Divisão de Investimentos e Análise dos Custos da Educação do Gabinete de Gestão e Controlo Orçamental, com efeitos a 01 de Abril de 2005.

No âmbito das actividades desenvolvidas destacam-se as seguintes: acompanhamento e controlo do orçamento da S.R.E. relativo ao programa de investimentos e despesas de desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR); elaboração dos relatórios de execução do PIDDAR 2004 e 2005 e preparação do orçamento do PIDDAR para 2006.

2002 a 2004

- De Outubro de 2004 até o ingresso na Direcção de Serviços de Gestão Orçamental, desempenhou funções na Direcção Regional de Educação, integrada no Gabinete de Assuntos Europeus (na situação de requisitada desde 01 de Outubro de 2004 e até 31 de Março de 2005).

No âmbito das actividades desenvolvidas na DRE, destacam-se as seguintes: criação de uma Biblioteca Virtual relativa ao programa de trabalho da União Europeia “Educação & Formação 2010” e elaboração de notas informativas relativas à Estratégia de Lisboa e ao Programa de Trabalho “Educação & Formação 2010”.

- De Maio a Setembro de 2004 integrou a equipa de projectos dos assuntos comunitários, designada a partir de 01 de Julho, por Direcção de Serviços de Assuntos Europeus.
- De Setembro de 2002 a Abril de 2004 voltou a exercer funções no Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, integrada na equipa de projecto dos assuntos bilaterais e multilaterais.
- Nomeada, em 2002, Técnica Superior Principal do quadro do Ministério da Educação, com efeitos desde 15 de Novembro de 2001.

1996 a 2002

- Na sequência da criação da Agência Nacional para os programas comunitários Sócrates e Leonardo Da Vinci (Resolução do Conselho de

Ministros n.º 77/2000) é destacada, a partir de 18 de Dezembro 2000, para prestar serviços naquela Agência, na qualidade de coordenadora da equipa COMENIUS.

- A partir de Junho de 1996 passou a desempenhar funções no então criado Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, integrada na equipa de projecto do programa Sócrates/ Agência Nacional Sócrates (Despacho 3/D - GAERI/96 de 28 de Maio de 1996).
- Nomeada, em 1996, Técnica Superior de 1.º Classe do quadro do Ministério de Educação com efeitos desde 17 de Maio.

1992 a 1996

- Apartir de Dezembro de 1995 passou a prestar apoio à Agência Nacional de Coordenação do Programa Sócrates.
- Em Outubro de 1993, na sequência da criação do Gabinete de Assuntos Europeus do Ministério da Educação, passou a pertencer a este quadro, continuando, no entanto, a exercer funções no programa Dimensão Europeia na Educação, até Maio de 1996.
- De Junho a Setembro de 1993, desempenhou funções na Direcção de Serviços de Relações Internacionais da Secretaria Geral.

1990 a 1991

- Nomeada definitivamente Técnica Superior de 2.º Classe, do quadro único do Ministério da Educação, com efeitos desde 02 de Setembro de 1991.
- De Setembro de 1991 a Maio de 1993, passou a pertencer e a exercer funções na Divisão de Relações exteriores da Secretaria Geral.
- Ingressou em 01 de Junho de 1990 na função pública na qualidade de estagiário da carreira técnica superior do Ministério da Educação.
- Ainda no âmbito das actividades, tarefas e responsabilidades desenvolvidas no Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, no contexto das funções desempenhadas até 30 de Setembro de 2004, destacam-se as seguintes: Coordenação das actividades referentes à gestão nacional do Programa Formação Contínua para o pessoal Educativo do Conselho da Europa; Coordenação das actividades referentes à celebração do Dia Europeu das línguas (DEL) em Portugal; Participação e representação de Portugal na 2.º Reunião do Comité Director da Educação (CDED) do Conselho da Europa, em substituição da Delegada Portuguesa ao CD-ED; Preparação da participação do Ministério da Educação na 32.º Sessão da Conferência Geral da UNESCO nomeadamente no que se refere à preparação de dossier de participação, elaboração de notas informativas e de agenda anotada; Preparação da participação ministerial na 21.º Sessão da Conferência Permanente de Ministros da Educação do Conselho da Europa, nomeadamente no que se refere à preparação de dossier de participação, elaboração de notas informativas e de agenda anotada; Organização da Mesa Redonda Educação para a Cidadania Democrática: diferentes abordagens e

contextos; Organização do Seminário “Comunidades de Prática em Educação para a Cidadania Europeia”, enquadrado no Programa de Formação Contínua para o Pessoal Educativo do Conselho da Europa; Preparação da participação do Ministério da Educação na Conferência dos Ministros da Educação da União Europeia subordinado ao tema “Orientação e Aprendizagem ao Longo da Vida”, nomeadamente no que se refere à preparação de dossier de participação, elaboração de notas informativas e de agenda anotada; Preparação da participação do Ministério da Educação na 8.º Conferência Informal dos Ministros da Educação da União Europeia subordinado ao tema “Aprendizagem ao Longo da Vida: da retórica à prática”, nomeadamente no que se refere à preparação de dossier de participação, elaboração de notas informativas e de agenda anotada;

OUTRAS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

- Co-autora de “*A participação portuguesa no ERASMUS 1987-1999*”, brochura editada pelo Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais/ Agência Nacional SÓCRATES em Março de 2000, no âmbito das iniciativas associadas à Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia;
- Co-autora de “*A participação portuguesa no programa Sócrates (1995-1999)*”, brochura editada pelo Gabinete de Assuntos Europeus e Relações Internacionais/Agência Nacional SÓCRATES, em Dezembro de 2002;
- Co-autora do documento, publicado a 15 de Dezembro de 2003 pelo Conselho da Europa, “*Teacher Education and Education for Democratic Citizenship-Description of a casa study-Portugal*” - DGIV/EDU/CIT (2003);
- Colaboradora na elaboração do Boletim Informativo do GAERI, Edição anual de 2003;
- Animadora da Acção de Sensibilização “*Gestão da Informação*”, integrada no Plano de Actividades para 2006 do Gabinete do Secretário Regional de Educação e Órgãos Dependentes (27 e 28 de Abril de 2006 - 7 horas);

SECRETARIAREGIONAL DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

Aviso

Pelo meu Despacho n.º 129/2006, de 10 de Julho:

Nomeado definitivamente na categoria de Especialista de Informática do Grau 2, Nível 1 da carreira de Especialista de Informática, para o quadro de pessoal do Gabinete do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, HÉLDER MIGUEL ANDRADE PESTANA.

(Nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, não carece de visto da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas).

Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais, aos 11 de Julho de 2006.

O CHEFE DE GABINETE, José Miguel da Silva Branco

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Direcção Regional da Administração da Justiça.

PUBLICAÇÕES

Os preços por lauda ou por fracção de lauda de anúncio são os seguintes:

Uma lauda	€ 15,91 cada	€ 15,91;
Duas laudas	€ 17,34 cada	€ 34,68;
Três laudas	€ 28,66 cada	€ 85,98;
Quatro laudas	€ 30,56 cada	€ 122,24;
Cinco laudas	€ 31,74 cada	€ 158,70;
Seis ou mais laudas	€ 38,56 cada	€ 231,36

A estes valores acresce o imposto devido.

EXEMPLAR

Números e Suplementos - Preço por página € 0,29

ASSINATURAS

	<u>Anual</u>	<u>Semestral</u>
Uma Série	€ 27,66	€ 13,75;
Duas Séries	€ 52,38	€ 26,28;
Três Séries	€ 63,78	€ 31,95;
Completa	€ 74,98	€ 37,19.

Aestes valores acrescentem os portes de correio, (Portaria n.º 1/2006, de 13 de Janeiro) e o imposto devido.

EXECUÇÃO GRÁFICA

Divisão do Jornal Oficial

IMPRESSÃO

Divisão do Jornal Oficial

DEPÓSITO LEGAL

Número 181952/02

O Preço deste número: € 2,41 (IVA incluído)